

# A RELAÇÃO ENTRE OS TESTAMENTOS E O DEBATE SOBRE O *SENSUS PLENIOR*: UMA ABORDAGEM ADVENTISTA<sup>1</sup>

Isaac Malheiros<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo propõe-se a fazer uma avaliação do debate em torno da teoria do *sensus plenior* e seus desdobramentos na hermenêutica bíblica da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD). Para isso, a história do desenvolvimento da teoria do *sensus plenior* será exposta, incluindo a tensão entre teólogos em torno de definições e conceitos. Também será descrita a posição da hermenêutica adventista diante do problema do uso do AT no NT, e as consequências do uso da teoria do *sensus plenior* na hermenêutica dentro da perspectiva da IASD serão avaliadas. A pesquisa utilizará o método da revisão bibliográfica. Com base no levantamento feito pelo artigo, é possível concluir que o adventismo precisa ter consciência de como o *sensus plenior* afeta a sua hermenêutica e suas pressuposições, especialmente sua visão a respeito da natureza das Escrituras.

**Palavras-chave:** *sensus plenior*; hermenêutica; teologia adventista.

## THE RELATIONSHIP BETWEEN THE TESTAMENTS AND THE DEBATE ON *SENSUS PLENIOR*: AN ADVENTIST APPROACH

**Abstract:** This article proposes to evaluate the debate surrounding the *sensus plenior* theory and its developments in the biblical hermeneutics of the Seventh-day Adventist Church (SDA). To this end, the history of the development of the *sensus plenior* theory will be presented, including the tension among theologians regarding definitions and concepts. Furthermore, the position of Adventist hermeneutics concerning the use of the OT in the NT will be described, and the consequences of employing the *sensus plenior* theory within the SDA perspective will be evaluated. This research utilizes the

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no 32º Congresso Internacional da SOTER.

<sup>2</sup> Doutor em Teologia pela Escola Superior de Teologia (EST). Professor do Programa de Pós-graduação em Teologia do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP). E-mail: pr\_isaac@yahoo.com



bibliographic review method. Based on the survey conducted, it is possible to conclude that Adventism must be aware of how *sensus plenior* affects its hermeneutics and presuppositions, especially its view regarding the nature of Scripture.

**Keywords:** *sensus plenior*; biblical hermeneutics; Adventist theology.

## LA RELACIÓN ENTRE LOS TESTAMENTOS Y EL DEBATE SOBRE EL *SENSUS PLENIOR*: UN ENFOQUE ADVENTISTA

**Resumen:** Este artículo se propone realizar una evaluación del debate en torno a la teoría del *sensus plenior* y sus repercusiones en la hermenéutica bíblica de la Iglesia Adventista del Séptimo Día (IASD). Para ello, se expondrá la historia del desarrollo de la teoría del *sensus plenior*, incluyendo la tensión entre teólogos en cuanto a definiciones y conceptos. También se describirá la posición de la hermenéutica adventista ante el problema del uso del AT en el NT, y se evaluarán las consecuencias del uso de la teoría del *sensus plenior* en la hermenéutica dentro de la perspectiva de la IASD. La investigación utilizará el método de revisión bibliográfica. Basándose en el relevamiento realizado por el artículo, es posible concluir que el adventismo necesita ser consciente de cómo el *sensus plenior* afecta su hermenéutica y sus presuposiciones, especialmente su visión respecto a la naturaleza de las Escrituras.

**Palabras clave:** *sensus plenior*; hermenéutica bíblica; teología adventista.

**Submetido em:** 27/02/2026

**Aprovado em:** 12/03/2026

**DOI:** <https://doi.org/10.19141/1809-2454.kerygma.v21.n1.pe2107>



## INTRODUÇÃO

Um dos principais problemas hermenêuticos envolve a questão do uso que os autores do Novo Testamento (NT) fazem de textos do Antigo Testamento (AT) (Kaiser, 1985, p. 2). Intérpretes que afirmam a harmonia, a continuidade e unidade da Bíblia acreditam que os autores do NT permanecem fiéis ao contexto do AT do qual extraíram as citações (Davidson, 1994). No entanto, outros intérpretes entendem que não há uma harmonia interna no texto bíblico, pois ele é fruto de uma evolução da tradição oral, com várias fontes, vários redatores/intérpretes e nuances teológicas diferenciadas (Arens, 2007, p. 210, 225-226).

De acordo com essa segunda visão, ao citar o AT, Jesus e os autores do NT descontextualizam, reinterpretem e reaplicam essas passagens, impondo um novo significado diferente do original, frequentemente, um significado cristológico ou messiânico.<sup>3</sup> Os autores do NT estariam usando passagens do AT como textos-prova por razões apologéticas, e isso estaria em conformidade com as principais técnicas de interpretação do primeiro século, como o *midrash*, a alegorização, e o *raz peshet* (cf. Longenecker, 1970). Essa posição se tornou popular entre intérpretes da Bíblia e deu origem a alguns recursos hermenêuticos.

À luz da hermenêutica adventista, este artigo pretende abordar um desses recursos, o *sensus plenior* [sentido pleno]. De acordo com essa teoria, algumas passagens do AT poderiam ter mais de um significado, um sentido mais profundo, que era desconhecido pelo próprio autor original, sendo conhecido só por Deus. Este sentido mais pleno do AT só poderia “ser visto em retrospecto e à luz do cumprimento do Novo Testamento” (Hagner, 1976, p. 92). Por exemplo, Walter Dunnnett sugere que Isaías 7:14, Oséias 11:1 e Isaías 53 são exemplos de texto cujo *sensus plenior* aparece no NT (Dunnnett, 1984, p. 61-62). Elliott Johnson usa o Salmo 16 como exemplo do que ele chama de *references plenior* (Johnson, 1984, p. 421-428).<sup>4</sup> Também podem ser exemplos de *sensus plenior* Atos 4:23-27 e Marcos 7:6-10.

A ideia de *sensus plenior* é definida de maneira diferente por diferentes eruditos. Esse artigo levará em conta o conceito tradicional de *sensus plenior*, como definido por

---

<sup>3</sup> Richard Longenecker argumenta que os autores do NT apresentam um padrão não contextual de citações do AT, hoje considerado ilegítimo, e que não deveríamos imitá-los na maneira de interpretar o AT. Cf. Longenecker (1987, p. 4-8).

<sup>4</sup> Para outros exemplos de *sensus plenior*, cf. Hagner (1976, p. 94-104) e Lasor (1978, p. 270-277). Para um histórico abrangente teoria do *sensus plenior*, cf. Brown, Fitzmyer e Murphy (1996, p. 615-619).



Raymond Brown, um dos maiores expoentes da teoria, como será mostrado a seguir.

### **DEFINIÇÃO, ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO *SENSUS PLENIOR***

A expressão *sensus plenior* foi cunhada por eruditos católicos, embora nunca tenha sido unanimidade entre os eruditos católicos (cf. Bierberg, 1948, p. 182-195; Vawter, 1964, p. 85-96). Aparentemente, foi usada pela primeira vez nesse sentido por Andrea Fernández em 1925 (Brown, 1955, p. 88; Fitzmyer, 1997, p. 84; Zuck, 1994, p. 316). A teoria do se popularizou em meados do século XX, sendo também adotada por eruditos protestantes, embora com outras nomenclaturas, como “sentido mais completo” [“*fuller sense*”] (Moo, 1995, p. 201). Conforme Arens (2007, p. 335), o *sensus plenior* é uma ramificação de conceitos como o “sentido espiritual”, que remete à

[...] concepção escolástica tomista de inspiração: Deus teria movido o intelecto do autor humano de tal modo que escrevesse o que Ele queria, mesmo se o escritor não estivesse consciente disso. O sentido pleno sempre teria estado ali, mas o redator não o teria descoberto. Supostamente, Deus inspiraria determinadas pessoas a descobrir mais tarde esse sentido no texto inspirado.

A teoria do *sensus plenior* se apoia no conceito de autoria dual (ou dupla autoria). A definição mais popular de *sensus plenior* é a de Raymond Brown: um “profundo sentido do texto intencionado por Deus, mas não claramente intencionado pelo autor humano”, e tal significado adicional é obtido “à luz de revelação posterior ou desenvolvimento no entendimento da revelação” (Brown, 1955, p. 92).

Bock (1985, p. 213) define *sensus plenior* de maneira semelhante, afirmando que o “Autor humano nem sempre entendeu ou compreendeu completamente a referência profética, enquanto Deus intencionou a referência completa”. Dessa forma, segundo Payne (1977, p. 252), a tarefa primária do intérprete seria “entender a intenção de Deus, não fundamentalmente a do autor humano”. No entanto, esse sentido adicional mais profundo não estaria ao alcance do método hermenêutico histórico-gramatical.

### **Antecedentes históricos**

No período medieval, a interpretação bíblica foi dominada pela alegorização, defendida pela escola hermenêutica alexandrina. Com ela, buscavam-se significados místicos mais profundos no texto. De acordo com o método alegórico de Orígenes (185-



254 d.C.), os textos bíblicos tinham quatro sentidos, formulados na famosa quadriga, a “carruagem de quatro cavalos”: (1) o sentido literal ou “histórico”; (2) o sentido alegórico, que era a base para as doutrinas; (3) o sentido “tropológico”, que especificava as implicações morais do texto; e (4) o sentido “anagógico”, que provia o significado escatológico do texto (Moo, 1995, p. 182; Klein; Blomberg; Hubbard, 1993, p. 21-28).

Na prática, havia a diferença entre o sentido “literal” e o sentido “espiritual”, denominados respectivamente de “letra” e “espírito”. A igreja destacava o sentido “espiritual”, que concebia como o sentido correto, em oposição ao sentido “literal” ensinado pelos “judaizantes” e pelos gnósticos. Apesar disso, alguns interessados em uma abordagem mais histórica propuseram um “duplo sentido literal”. James Perez de Valencia (c. 1490 d.C.) estabeleceu a diferença entre o sentido gramatical e o sentido oculto ditado pelo Espírito Santo, uma ideia semelhante à atual teoria do *sensus plenior* (Preus, 1969, p. 106-107).

Tomás de Aquino (1225-1274 d.C.) endossou o *sensus plenior* muito antes dos expoentes contemporâneos. Para Aquino, o *sensus literalis* é sempre o sentido básico da Escritura, e qualquer outro significado deve estar fundamentado nesse sentido literal (Geisler, 1991, p. 50; Mathison, 2001, p. 67; Smith, 2009, p. 284-285). Porém, na hermenêutica de Aquino, o sentido espiritual é algo que Deus anexa à realidade a que o texto se refere (Nichols, 2002, p. 33). Assim, Aquino acredita em um *sensus plenior*, o segundo sentido, o sentido pleno, que não é entendido pelo escritor sagrado, mas foi intencionado pelo Espírito Santo, que não está limitado pelo instrumento humano. Não fica muito claro, no entanto, se no conceito de Aquino o *sensus plenior* é equivalente ao “significado espiritual”. O que se pode depreender é que algo na Escritura aponta para outra realidade mais profunda. Provavelmente, para Aquino o conceito do *sensus plenior* ou a “dupla autoria”, não é igual à alegoria.

Lutero (1483-1546) fez uma distinção entre a “letra” e o “espírito”. A rejeição da quadriga medieval<sup>5</sup> não tornou Lutero um literalista. Além do significado cristocêntrico e tipológico, Lutero acreditava num significado espiritual das Escrituras, que pode ser uma possibilidade de afirmação do princípio do *sensus plenior* (Lohse, 1999, p. 190). Calvino (1509-1564) também rejeitou a alegoria, valorizando o sentido literal. Mas, apesar de

---

<sup>5</sup> A quadriga medieval foi um método católico de interpretação desenvolvido a partir da abordagem alegórica popularizada pela escola alexandrina. Acreditava-se que as Escrituras apresentam quatro sentidos: (1) histórico/literal; (2) tropológico/moral; (3) alegórico/místico e (4) anagógico/escatológico.



insistir no sentido literal, Calvino, assim como Lutero, abre espaço para um sentido espiritual. Ele diferencia a alegoria da compreensão espiritual cristocêntrica das Escrituras. Ao rejeitar a quadriga, Calvino manteve o conceito de um significado espiritual, que seria uma compreensão profunda da letra do mandamento ou um significado cristocêntrico oculto — tipológico ou possivelmente algo próximo do conceito de *sensus plenior* (Biggs, [2014?]).

Santrac (2012, p. 98) afirma que o nascimento oficial da teoria do *sensus plenior* deve ter sido a encíclica *Providentissimus Deus* (1893), do Papa Leão XIII (1878-1903), que estabelecia na tradição católica uma espécie de *sensus plenior*, além do significado literal ou tipológico da Bíblia:

Pois a linguagem da Bíblia é empregada para expressar, sob a inspiração do Espírito Santo, muitas coisas que estão além do poder e alcance da razão do homem – isto é, os mistérios divinos e tudo que está relacionado a eles. Às vezes, ocorre em tais passagens uma plenitude e uma profundidade oculta de sentidos que a letra dificilmente expressa e que as leis de interpretação dificilmente justificam (Leão XIII, 1893, PD: article 14, par. 31).

### **Raymond Brown e o conceito católico de *sensus plenior***

Nos anos 1950, o erudito católico Raymond Brown, um dos maiores responsáveis pela defesa e popularização do *sensus plenior*, estudou a fundo a teoria em sua tese doutoral. Na década de 1980, ele ensaiou outros meios de solução para o problema dos sentidos bíblicos. O *sensus plenior* foi uma tentativa de harmonizar a pesquisa crítica moderna com a tradição e o magistério da igreja. Objetivava salvar pelo menos uma parte do conteúdo sobrenatural ou teológico de alguns textos (Ossandón Widow, 2006, p. 344).

Para Fitzmyer (1997, p. 84), o conceito de inspiração coerente com a teoria do *sensus plenior* faz uma distinção

entre Deus, como autor primordial da Escritura, e o autor humano inspirado, como segundo autor. Com essa distinção, é possível como Deus pôde mover um autor humano a formular alguma coisa cujo *sensus plenior* só se tornaria aparente à luz da referência subsequente a essa formulação ou de seu uso, sem que disso o autor humano original tivesse sequer uma vaga ideia.

O *sensus plenior* parte da convicção de que Deus ainda fala hoje através desses textos. O sentido pleno corresponde ao que o texto diz no “presente” e não ao que dizia quando o autor escreveu, o sentido literal. O “presente” pode ser o tempo do autor do NT,



ou, nas atuais leituras populares da Bíblia, o presente do leitor moderno, que descobre um significado não visto antes (Arens, 2007, p. 334).

Raymond Brown descreve o *sensus plenior* como “aquele significado adicional e mais profundo, pretendido por Deus, mas não claramente pretendido pelo autor humano, cuja existência é percebida nas palavras de um texto bíblico (ou grupo de textos, ou até mesmo num livro inteiro) quando eles são estudados à luz de revelação adicional ou do desenvolvimento na compreensão da revelação” (Brown, 1955, p. 92).

Para Brown e outros autores católicos, as autoridades para detectar ou estabelecer um *sensus plenior* válido incluem a igreja (o *magisterium*), o Novo Testamento e os pais da igreja (Brown; Fitzmyer; Murphy, 1996, p. 616). Fitzmyer (1997, p. 84) também inclui a tradição como elemento importante no desenvolvimento da revelação. Para ele, a tradição se refere à “maneira como um texto bíblico foi adotado na tradição doutrinal autêntica que se manifestou em um ensinamento da Igreja (por exemplo, em um ensinamento patrístico ou uma definição conciliar)”. Dessa forma, o *sensus plenior* se tornou uma ferramenta importante para os católicos, pois através desse recurso pode-se justificar como “revelação adicional” ou “desenvolvimento na compreensão da revelação” o desenvolvimento da Mariologia e outros conceitos teológicos estranhos às Escrituras.<sup>6</sup>

No caso dos autores bíblicos, a justificativa para essa “acomodação” hermenêutica de novos significados para textos do AT estaria na inspiração de quem teria feito isso (os escritores do NT e Jesus). Por serem inspirados, eles teriam autoridade para, sob a guia do Espírito Santo, reinterpretar e reaplicar os textos do AT (Longenecker, 1975, p. 207). Alguns autores adventistas aplicam esse raciocínio a Ellen G. White, justificando assim o inspirado uso homilético que ela faz de textos bíblicos fora do contexto original. Assim, qualquer passagem que pareça ter um *sensus plenior* só deve ser assim interpretada quando Deus, mediante revelação posterior, tiver declarado inequivocamente o significado que ele tinha em mente (Virkler, 2001, p. 18).

Na segunda metade do século XX, quando a exegese histórico-crítica passou da suspeita para a aceitação na igreja católica, então o *sensus plenior* foi sendo deixado de lado (Ossandón Widow, 2006, p. 338). Em 1963, o artigo de Brown “*The Sensus Plenior in the last ten years*” mostrou a diversidade de opiniões a respeito da definição do *sensus*

---

<sup>6</sup> Os protestantes que usam o *sensus plenior* como recurso hermenêutico restringem essa “revelação adicional” ao Novo Testamento.



*plenior* e do seu alcance, sem que até o momento se houvesse chegado a uma síntese satisfatória (Brown, 1963, p. 262-285). Brown manifestou sua desilusão em torno do conceito de *sensus plenior* e começou a se distanciar dele, afirmando que “no próximo século ele será lembrado apenas através de notas de rodapé em livros de hermenêutica” (Ossandón Widow, 2006, p. 344, nota 30).

Em 1968, Brown estabeleceu uma sistematização que posiciona o *sensus plenior* entre os sentidos literal e tipológico, definindo o primeiro como o significado estritamente pretendido pelo autor humano. Já o significado pretendido por Deus, que transcende a intenção original do escritor, subdivide-se em dois eixos: o *sensus plenior*, quando derivado das próprias “palavras” da Escritura, e o sentido típico, quando proveniente das “coisas” ou realidades descritas no texto sagrado (Brown; Fitzmyer; Murphy, 1996, p. 619). Segundo Ossandón, a noção de *sensus plenior* parece ter sido abandonada na hermenêutica católica, e perdeu força porque estava baseada “em uma hermenêutica centrada na busca pela intenção do autor, superada pelas ciências da linguagem”.<sup>7</sup>

## **OS EVANGÉLICOS E O SENSUS PLENIOR**

Entre os evangélicos, a teoria do *sensus plenior* se espalhou, tornando-se muito popular ao ser defendida (com linguagem diversificada) por alguns eruditos, mas não sem resistência. Berkhof (2000, p. 57), por exemplo, enfatiza que a Escritura tem sempre um único sentido, mas admite que possa haver um sentido mais profundo, alertando que “o sentido mais profundo da Bíblia não constitui um segundo sentido”. Ele crê que a base sólida da interpretação está no sentido literal do texto, mas entende que o significado real nem sempre está na superfície. Dessa forma, ele suspeita se o método histórico-gramatical consegue extrair o sentido pleno de uma passagem e assimilar tudo o que o Deus quis comunicar. Ao contrário, Fee e Stuart (1998, p. 171) descrevem o *sensus plenior* como um “segundo sentido”, que surge quando o NT cita um texto do AT dando-lhe um sentido completamente diferente.

Apesar de defender o conceito de interpretação privada da Reforma, Sproul (1977, p. 35-37), faz uma ressalva a respeito do perigo do subjetivismo. Ele defende a existência do sentido objetivo único, mas admite que um texto bíblico pode ter várias aplicações na

---

<sup>7</sup> Ossandón Widow (2006, p. 345) certamente se refere às teorias estruturalistas. Para uma análise católica da hermenêutica que inclui o sentido literal, o *sensus plenior* e o sentido tipológico, cf. Brown; Fitzmyer; Murphy (1996, p. 605-619).



vida (Sproul, 1977, p. 55). Apesar de negar o *sensus plenior* ou o “sentido mais profundo” ele abre a porta para múltiplas interpretações na aplicação do texto. Berkouwer (1975, p. 366) descreve a Bíblia com a expressão “mistério das Escrituras”, uma visão que pode fornecer a base para um significado espiritual além do mero sentido literal, um sentido mais pleno, o *sensus plenior*.

Bloesch afirma que o texto bíblico não tem apenas um sentido histórico imediato, mas uma plenitude de sentido (*sensus plenior*) que pode ser reconhecido apenas se o texto é interpretado à luz de revelação posterior ou por um desenvolvimento da revelação (Bloesch, 1983, p. 176). O princípio do *sensus plenior* é uma conclusão natural da distinção que Bloesch faz entre a Palavra de Deus (revelação) e a Bíblia. Para ele, a Palavra de Deus oferece a possibilidade de múltiplos significados ou significados mais profundos que vão além do que está escrito na Bíblia.

Bloesch (1994, p. 180-181) afirma que a interpretação da Bíblia é um dom a ser recebido, não é uma arte a ser aprendida, e nenhuma técnica pode revelar a verdadeira Palavra de Deus. Aparentemente, ele aceita considerar a possibilidade de que o texto possa ter um significado espiritual além do sentido natural (Bloesch, 1994, p. 187). Ele diferencia o significado histórico do texto, que inclui a intenção do autor e o modo como uma comunidade tradicionalmente compreende o texto, do significado espiritual. E acrescenta que esse significado espiritual só está disponível àqueles que participam existencialmente da tradição de fé (Bloesch, 1994, p. 190).

Roy B. Zuck defende um conceito próximo do *sensus plenior* denominado referência *plenior* (Zuck, 1994, p. 315-317).<sup>8</sup> Ele admite “que Deus possa ter pretendido um sentido mais amplo do que os autores imaginaram estar transmitindo” (Zuck, 1994, p. 316). No entanto, Zuck rejeita a teoria católica do *sensus plenior* por estar sujeita aos dogmas falíveis da igreja (Zuck, 1994, p. 317).

### **A abordagem do processo canônico**

Alguns autores, como Douglas Oss, LaSor, Poythress, e Waltke, são favoráveis à possibilidade de um significado divino que pode ou não ter sido parte da intenção do autor humano. Mas um conceito um pouco diferente de *sensus plenior* tem sido proposto por

---

<sup>8</sup> No conceito *referência plenior*, o texto tem um sentido único, mas pode se referir a mais de um elemento (que não são sentidos ocultos), de acordo com o caráter progressivo da revelação.



alguns autores. Douglas A. Oss, por exemplo, vincula o *sensus plenior* ao conceito da unidade das Escrituras, que vê o cânon bíblico como uma obra literária unificada e harmonizada. Dessa forma, a compreensão de uma passagem será mais profunda e clara como resultado da visão do todo. Isso pode incluir níveis de significado que não eram parte da intenção consciente do autor humano, mas que estão incluídos no significado expresso do texto e que são parte do contexto canônico (Oss, 1988, p. 105-127).

Waltke esclarece que essa abordagem canônica está em contraste com o sentido clássico de *sensus plenior* porque não divorcia a intenção do autor humano da intenção divina (Waltke, 1981, p. 8). Douglas J. Moo sugere que o grau de influência dos métodos exegético judaicos sobre os escritores do NT tem sido consideravelmente exagerado pelos acadêmicos (Moo, 1995, p. 193). Além disso, Moo (1995, p. 204-209) também propõe uma “abordagem canônica”, através da qual o texto bíblico é interpretado à luz de uma moldura bíblicamente e historicamente mais ampla, que inclua todo o cânon.

Moo defende ainda o conceito do duplo cumprimento, que é diferente do *sensus plenior*. Para ele, o profeta não tinha conhecimento exaustivo do alcance de sua mensagem. Algumas mensagens possuem um cumprimento imediato para o seu contexto original e outro cumprimento escatológico mais amplo (Moo, 1995, p. 179-211). Blomberg (2002) concorda com esse conceito.

### **Vozes discordantes**

A discussão a respeito do *sensus plenior* permanece em evidência no meio protestante/evangélico (Carson, 1980, p. 11-20; Dunn, 1982, p. 13-60; Kaiser, 1982, p. 167-180; Kaiser, 1981, p. 23-50, 131-140; Lasor, 1978). E talvez um dos autores que mais tenham combatido o *sensus plenior* a favor do “sentido único” do texto seja Walter Kaiser. Para defender o sentido único do AT, que é mantido no NT, Kaiser lança mão da exegese cuidadosa.

Questionando o *sensus plenior*, Kaiser afirma que se há um sentido diferente que está além da intenção do autor original, então isso não é um *sensus plenior* objetivo, e esse sentido diferente deveria ser negado por não ter um status escriturístico (Kaiser, 1984, p. 444-445). Para Kaiser, no processo exegético, não deve haver nenhuma comparação com perícopes escritas posteriormente ao tempo da passagem em análise, pois o autor não teria intencionado uma comparação com uma passagem que ele nem mesmo conhecia. A



exegese deve se restringir a afirmações explicitamente encontradas no texto sob consideração, e comparações devem ser feitas com declarações de textos anteriores ao texto que está sendo investigado. Assim, mesmo a abordagem do processo canônico pode ser útil apenas para sistematizações, mas nunca para a exegese (Kaiser, 1981, p. 134-140; Kaiser, 1982, p. 176).

Carson também argumenta que o processo de comparação entre passagens deveria ser usado apenas nas considerações finais e não como uma parte determinante do processo exegético (Carson, 1983, p. 65-95). F. F. Bruce reconhece o abuso do princípio do *sensus plenior* e apela para que a aplicação existencial ou a interpretação expandida permaneça ligada ao sentido primário do texto, pois a hermenêutica nunca deve se divorciar da exegese (Bruce, 1977, p. 108).

Oss (1988, p. 107, nota 10) discorda de Kaiser e Carson, afirmando que o conceito de unidade das Escrituras justifica a comparação de textos conceitualmente relacionados como parte do processo exegético. Segundo ele, “se a relações conceituais dentro do canon não puderem ser usadas como uma fonte de significado para os textos, então a alegada unidade das Escrituras é vazia”.

Soluções hermenêuticas têm sido apresentadas como alternativas para a teoria do *sensus plenior*. Walter C. Kaiser, por exemplo, tem insistentemente demonstrado que o problema das citações no NT pode ser resolvido através de uma exegese que considere cuidadosamente o contexto da passagem do AT citada (Kaiser, 1981, p. 23-50, 131-140). O estudo intertextual da Bíblia também tem revelado que o NT usa o AT de maneira legítima e confirmam que as Escrituras são um todo unido e indivisível (Diop, 2007, p. 135-151). Uma boa introdução ao tema do uso do AT no NT pode ser encontrada na obra de Beale, *Manual do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento* (Beale, 2013).

## **O SENSUS PLENIOR NA TEOLOGIA ADVENTISTA**

Apesar de abrir espaço para conceitos como *sensus plenior* e o duplo cumprimento, é fácil encontrar na literatura adventista afirmações como “ler em um texto algo que não era o intento do autor é inapropriado para a interpretação bíblica” (Shepherd, 2007, p. 228), o que parece ser contraditório. Será que era intenção do autor referir-se ao Messias em Oséias 11:1, por exemplo? Assim, surgem perguntas urgentes, como: a hermenêutica adventista poderia lançar mão da teoria do *sensus plenior* sem comprometer seus



princípios? Seria saudável manter os significados do texto bíblico restritos ao que a exegese consiga alcançar?

Na visão adventista, os elementos humano e divino se acham inseparavelmente ligados na Escritura (Davidson, 2011, p. 72). Apesar disso, há o reconhecimento de que a compreensão da verdade bíblica é progressiva. Ellen White declara que “mesmo os profetas que eram favorecidos com iluminação especial do Espírito, não compreendiam plenamente a significação das revelações a eles confiadas. O sentido deveria ser desvendado de século em século, à medida que o povo de Deus necessitasse das instruções nelas contidas” (White, 2004, p. 344). White está se referindo à compreensão das profecias, o que, para ela, é fruto de estudo e pesquisa diligente e não de *sensus plenior* (White, 2004, p. 345). Dificilmente essa citação poderia ser usada a favor de uma teoria como a do *sensus plenior*. White alerta ainda contra os falsos mestres que “ensinam que as Escrituras têm um sentido místico, secreto, espiritual, que não transparece na linguagem empregada” (White, 2004, p. 598). Ela insiste na prioridade da busca cuidadosa pelo sentido literal (White, 2004, p. 599; White, 2001, p. 170; White, 1977, p. 125-126). No entanto, ainda persiste o problema do uso do AT pelo NT, e das citações descontextualizadas.

O princípio da analogia das Escrituras inclui o conceito de “clareza das Escrituras”, segundo o qual a Bíblia é clara e direta, capaz de ser entendida pelo estudante diligente.<sup>9</sup> De acordo com Davidson (2011, p. 75), a Bíblia possui, da parte dos escritores bíblicos, “uma bem definida verdade-intenção, e não uma multiplicidade de significados subjetivos e livres. Além disso, afirma que “Não é preciso retirar a ‘casca’ do sentido literal a fim de alcançar o ‘miolo’ de um significado místico, secreto ou alegórico, que somente os iniciados podem descobrir” (Davidson, 2011, p. 75).

No entanto, Davidson (2011, p. 76) abre espaço para a possibilidade de algumas partes da Bíblia apontarem para além delas mesmas, rumo a um significado mais amplo ou a um cumprimento futuro. Mas ele cita como exemplos a tipologia, a profecia preditiva, os símbolos e as parábolas, e não cita o *sensus plenior*. E mesmo nesses casos, o significado expandido surge da verdade-intenção específica do texto.

Historicamente, o adventismo sempre priorizou a busca pelo sentido literal, rejeitando leituras místicas e a busca de sentidos ocultos no texto bíblico (Neufeld, 1974,

---

<sup>9</sup> Para uma exposição desse tema de uma perspectiva adventista, cf. Davidson (2011, p. 75).



p. 119-120). Ao mesmo tempo, sempre reconheceu a legitimidade da tipologia, e a possibilidade da amplificação de significados literais feitas por escritores inspirados (Neufeld, 1974, p. 120).

### **A contribuição da tipologia**

A tipologia tem sido apontada por autores adventistas como uma das soluções para o uso do AT por Jesus e pelos escritores do NT (Diop, 2007, p. 140; Shepherd, 2007, p. 226). Davidson (2003, p. 17-18) adverte contra a má aplicação do princípio do *sensus plenior* confirmando a distinção entre *sensus plenior* e tipologia:

Os escritores do NT, em sua exploração do significado mais profundo, especialmente relacionado ao cumprimento tipológico de pessoas, eventos e instituições do AT, não encontram no AT o que já não esteja lá (eisegese “inspirada”), ou o que não está aparente ao pesquisador humano (*sensus plenior*), ou alegorização. Os escritores do NT permanecem fieis às indicações do AT a respeito de pessoas, eventos e instituições que deveriam servir de prefigurações de Cristo e das realidades do evangelho. O escritor do NT apenas anuncia o cumprimento antípico do que já está verbalmente indicado no AT.

Para Davidson (2011, p. 75-77), o intérprete da Bíblia deve procurar entender a intenção do autor, bem como a compreensão da audiência original. Mas ele crê que os autores bíblicos podem ter falado, sob a direção do Espírito, coisas que não compreenderam plenamente, como descrito em 1 Pedro 1:10-11. Aparentemente, Davidson crê num tipo diferente de *sensus plenior*, distante do conceito popular. Usando a tipologia como chave hermenêutica, ele cita vários estudos que reexaminaram as citações de passagens do AT no NT e concluíram que os escritores do NT (bem como Jesus) foram exegetas cuidadosos, mantendo-se fiéis ao significado contextual dos textos do AT (Davidson, 1981, p. 193-297; cf. Davidson, 1994). Os escritores do NT interpretam o AT usando indicadores tipológicos que já estão no texto do AT, e demonstram consciência do contexto do AT e o respeitam (Diop, 2007, p. 147). Davidson sugere, e demonstra com exemplos, que os escritores do NT não distorceram o significado contextual das passagens do AT citadas por eles (Davidson, 1994).

Por outro lado, Hans K. LaRondelle parece relacionar a tipologia ao *sensus plenior*. Para ele, se a exegese for definida como estabelecendo estritamente o verdadeiro significado do texto original como o autor humano pretendia, por meio do método gramático-histórico, então a tipologia não é um método de exegese do AT. Dessa forma,



para LaRondelle (2002, p. 64), a tipologia é a interpretação teológico-cristológica da história do AT pelo NT, que vai além da mera exegese.

Outras teorias e recursos hermenêuticos têm sido propostos e usados para resolver a questão do uso do AT no NT, como o princípio do “duplo cumprimento profético” e o “princípio apotelesmático” (Ford, 1980, p. 345). Os dois conceitos estão, de certa forma, relacionados à teoria do *sensus plenior*, mas não falam de diferentes “sentidos”, e sim de diferentes aplicações e cumprimentos de uma mesma profecia, no mesmo sentido (Ford, 1978, p. 49; Ouro, 1998, p. 326-342).

Percebe-se que a posição adventista a respeito da teoria do *sensus plenior* não é unívoca. Este artigo fará uma breve reflexão sobre as implicações do uso do *sensus plenior* na interpretação bíblica adventista.

#### **AVALIAÇÃO DO USO DO *SENSUS PLENIOR* NA HERMENÊUTICA ADVENTISTA**

O *sensus plenior* está intimamente relacionado aos conceitos de revelação e inspiração.<sup>10</sup> De acordo com a teoria, os escritores do AT teriam sido meros copistas, escrevendo coisas que não compreendiam. De fato, alguns autores bíblicos por vezes não compreenderam o significado completo de seus escritos (p. ex, Dn 12:6-9; Jo 11:44-52; 1Pe 1:10-12). Mas a noção de que Deus tenha colocado na Bíblia um sentido completamente desconhecido pelo autor humano, o instrumento através do qual Deus produziu a Bíblia, pode se tornar incoerente com os conceitos adventistas mais aceitos de inspiração.

A noção de inspiração que divida a natureza divino-humana da Bíblia deve ser encarada com a mesma suspeita que uma Cristologia que separe tão rigidamente a natureza divina e humana de Cristo (Moo, 1995, p. 203). Falando num contexto adventista e seus principais pontos de vista sobre a Inspiração, no “modelo bíblico” (histórico-cognitivo), Fernando Canale sugere que “quando fazemos exegese e teologia não devemos distinguir entre o pensamento divino e as palavras humanas ou entre porções das Escrituras” (Canale, 2007, p. 68). O princípio de *sensus plenior* torna o autor humano um elemento secundário, o que sugere um modelo de inspiração que se aproxima do ditado mecânico/inspiração verbal (Howard, 1986, p. 316).

---

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, o conceito de Thompson (1991, p. 205-213).



Outra questão problemática é que apelar para o *sensus plenior* pode desestimular a exegese. De acordo com a versão mais popular da teoria, o *sensus plenior* é um sentido que estaria além “do que se pode obter pela estrita exegese gramático-histórica” (Hagner, 1976, p. 92). No entanto, as evidências em favor de um uso do AT exegeticamente acurado por parte dos escritores do NT revelam que há muito que fazer ainda nesse assunto. Em vez de apelar para o *sensus plenior*, é preciso examinar cuidadosamente no NT cada uma das citações do AT, procurando entender a abordagem hermenêutica usada pelos autores do NT. A teoria do *sensus plenior* não pode ser uma justificativa para interpretações destituídas de fundamentação exegética adequada.

O *sensus plenior* também pode abrir as portas para um subjetivismo de conveniência. Se Deus fornece significados desconhecidos ao autor humano, como um intérprete poderia entender o que Deus quis dizer num texto além da expressão escrita? Isso levaria o intérprete do domínio da objetividade para o da subjetividade (Howard, 1981, p. 22-27). Kaiser observa que “quando implicações extrínsecas são impostas ao texto bíblico sob o pretexto de autoridade divina, introduz-se um elemento incontrolável de subjetividade, resultando, na prática, em uma eisege” (Kaiser, 1982, p. 1).

Além disso, se houver algo como o *sensus plenior*, é possível que Deus ainda tenha textos com sentidos plenos a revelar. Baseando-se nisso, alguém pode fazer um texto dizer o que a pessoa gostaria que ele dissesse, fazendo eco aos seus desejos e pressuposições. A única maneira de evitar isso é afirmar, arbitrariamente e dogmaticamente, que o *sensus plenior* é privilégio de autores inspirados, não de leitores iluminados. Mas essa regra vai de encontro ao ensino bíblico da permanência dos dons espirituais: se os dons permanecem, o que garantiria que um profeta moderno não possa receber uma revelação de *sensus plenior* à parte de qualquer exegese? Para escapar dessa possibilidade, alguém poderia adicionar outra regra: apenas autores inspirados e canônicos teriam autoridade para receber revelações de *sensus plenior*. No entanto, essa seria mais uma regra arbitrariamente imposta, e não bíblica.

Usando o *sensus plenior* como justificativa, alguns acadêmicos vão além e desenvolvem a ideia de que hoje poderíamos imitar a hermenêutica dos autores do NT nesse suposto uso descontextualizado de textos do AT (Enns, 2005, p. 115-116). Abordagens místicas e existencialistas da Bíblia também encontrariam apoio na teoria do *sensus plenior*. O *sensus plenior* traz um conceito hermenêutico incompatível com a



hermenêutica adventista: o texto teria um sentido em si mesmo, independentemente da intenção do seu autor. É um corolário das novas hermenêuticas que “todo texto diz algo a qualquer pessoa que o leia, embora não seja precisamente o que seu autor pretendeu comunicar” (Arens, 2007, p. 336). Isso pode conduzir a uma abordagem subjetiva da Bíblia, à margem do seu sentido literal original, desconsiderando a intenção do autor humano e tentando entender sentidos diferenciados e privados de qualquer relação com o sentido literal.

O *sensus plenior* representa uma separação entre a hermenêutica e a exegese. Como alerta F. F. Bruce, para evitar exageros nessas aplicações estendidas, é preciso

determinar o sentido primário e mantê-lo constantemente em vista. O sentido plenário, para ser válido, deve ser o sentido plenário do texto bíblico: que permanecerá, se sua relação e coerência com o sentido primário for mantida. Hermenêutica nunca deve ser dissociada da exegese (Bruce, 1977, p. 108).

O *sensus plenior* está mais próximo da alegorização da escola de Alexandria que do método histórico-gramatical da escola de Antioquia, da qual a interpretação adventista descende. Essa abordagem alegórica foi rejeitada por reformadores como Calvino e Lutero. A fim de que o *sensus plenior* não seja usado como licença para a alegorização descontrolada, seus defensores adicionaram uma regra: deve haver uma relação entre o sentido literal intencionado pelo autor humano e o sentido pleno intencionado por Deus (Brown, 1955, p. 277).

O *sensus plenior* vai contra um princípio do método histórico-gramatical: a existência de um único significado, em vez de muitos, em cada passagem bíblica.<sup>11</sup> Kaiser defende o sentido único ao afirmar que “entender a intenção do autor humano é entender a intenção do autor divino” (Kaiser; Silva, 2002, p. 38). No entanto, admite que em certa medida os autores não tinham consciência de “todos os detalhes que deveriam ser incorporados ao progresso da revelação e da história” (Kaiser; Silva, 2002, p. 39). Para harmonizar o conceito de *sensus plenior* com o conceito de “sentido único” é preciso admitir que esse “sentido único” tem desdobramentos e referências das quais o autor

---

<sup>11</sup> Conforme expresso na *Declaração de Chicago sobre Hermenêutica Bíblica*, citada em Zuck (1994, p. 318). Apesar de não concordarem com todos os pontos da declaração, a questão da inerrância bíblica, teólogos adventistas geralmente concordam com esse princípio hermenêutico.



humano não tinha plena consciência. Dessa forma, o *sensus plenior* seria um sentido mais completo e não um novo sentido, completamente diferente.

A teoria do *sensus plenior* é positiva no sentido de apresentar uma continuidade na história da salvação, ligando o AT ao NT. A tipologia e o duplo cumprimento, dois recursos hermenêuticos usados com frequência na teologia adventista, apresentam a mesma continuidade.<sup>12</sup> No entanto, a tipologia apresenta uma atenção e um respeito maior a todo o contexto da citação do que o *sensus plenior*. A tipologia estaria justificada, pois “leva a sério o contexto original e então vê sua expressão em um nível mais elevado na nova situação histórica” (Shepherd, 2007, p. 242, nota 5). No entanto, ainda há espaço para discussões sobre a intenção do autor do texto tipológico.

Os intérpretes da Bíblia não precisam concordar completamente com Foulkes (1955, p. 38-39) quando ele diz que “[a] tipologia lê nas Escrituras um significado que não está lá [...]”. O significado tipológico não impõe um sentido completamente diferente ao significado literal das palavras das Escrituras, mas traz à tona um sentido que pertence ao significado profético das coisas ou eventos expressos pelas palavras da Bíblia. A verdadeira interpretação tipológica do AT não cria um segundo sentido ou alegorização totalmente aquém do significado literal, mas ouve “como o sentido histórico do texto continua a falar na situação do Novo” (Wolff, 1963, p. 189).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso reconhecer que alguns textos, apesar de terem um único significado, podem ter múltiplas aplicações. No entanto, o *sensus plenior* está alinhado às teorias das ciências da linguagem e das hermenêuticas filosóficas, que afirmam a polissemia (múltiplos significados) dos textos escritos. A polissemia contraria os objetivos tanto da exegese histórico-gramatical quanto da histórico-crítica, que é definir o sentido literal e preciso do texto bíblico nas circunstâncias de sua produção.

Os adventistas precisam definir claramente qual a sua compreensão de *sensus plenior*. Ao lançarem mão desse recurso hermenêutico sem maiores explicações estão correndo o risco de causarem confusão. Por tudo o que foi dito, os adventistas deveriam ser cautelosos ao fazer eco à teoria popular do *sensus plenior*. Se há um *sensus plenior*

---

<sup>12</sup> O princípio da “dupla autoria” ou “duplo significado” tem sido largamente reconhecido e discutido na teologia (cf. Virkler; Ayayo, 2007, p. 24-25). Douglas Moo também chama esse princípio de “princípio da acomodação”.



autêntico em algum texto da Bíblia, ele deve ser um aprofundamento do sentido original do texto e não uma contradição ou fuga desse sentido. Além disso, a busca desse sentido pleno deveria ser tarefa constante da exegese.

## REFERÊNCIAS

ARENS, E. **A Bíblia sem mitos**: uma introdução crítica. São Paulo: Paulus, 2007.

BEALE, G. K. **Manual do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**: exegese e interpretação. São Paulo: Vida Nova, 2013.

BERKHOF, L. **Princípios de interpretação bíblica**. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.

BERKOUWER, G. C. **Holy Scripture**. Grand Rapids: Eerdmans, 1975.

BIERBERG, R. Does Sacred Scripture have a *Sensus Plenior*? **Catholic Biblical Quarterly**, n. 10, 1948.

BIGGS, C. R. **A summary of Calvin's interpretation of Scripture**. [S. l.], [2014?].

Disponível em:

[http://www.reformationtheology.com/2007/02/a\\_summary\\_of\\_calvins\\_interpret.php](http://www.reformationtheology.com/2007/02/a_summary_of_calvins_interpret.php).

Acesso em: 12 mar. 2014.

BLOESCH, D. G. **Holy Scripture**: revelation, inspiration & interpretation. Downers Grove: InterVarsity Press, 1994.

BLOESCH, D. G. The primacy of Scripture. In: MCKIM, D. K. (ed.). **The authoritative word**: essays on the nature of Scripture. Grand Rapids: Eerdmans, 1983.

BLOMBERG, C. L. Interpreting Old Testament prophetic literature in Matthew: double fulfillment. **Trinity Journal**, n. 23, 2002.

BOCK, D. Evangelicals and the use of the Old in the New, part 1. **Bibliotheca Sacra**. v. 142, n. 567, jul-set. 1985.

BROWN, R. E. The *Sensus Plenior* in the last ten years. **Catholic Biblical Quarterly**, v. 25, n. 3, 1963.

BROWN, R. **The 'Sensus Plenior' of Sacred Scripture**. Baltimore: St. Mary's University, 1955.

BROWN, R.; FITZMYER, J.; MURPHY, R. (eds.). **The Jerome Biblical commentary**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1996. v. 2.

BRUCE, F. F. Primary sense and plenary sense. **Epworth Review**, n. 4, 1977.



CANALE, F. Revelação e inspiração. *In*: REID, George W. (ed.). **Compreendendo as Escrituras**: uma abordagem adventista. Engenheiro Coelho: Unaspres, 2007.

CARSON, D. A. Hermeneutics: a brief assessment of some recent trends. **Themelios**, n. 5, 1980.

CARSON, D. A. Unity and diversity in the New Testament: the possibility of systematic theology. *In*: CARSON, D. A.; WOODBRIDGE, J. D. (eds.). **Scripture and truth**. Grand Rapids: Zondervan, 1983.

DAVIDSON, R. M. **Typology in Scripture**. Berrien Springs: Andrews University, 1981.

DAVIDSON, R. M. New Testament use of the Old Testament. **Journal of the Adventist Theological Society**, v. 5, n. 1, p. 14-39, 1994.

DAVIDSON, R. M. Interpreting Scripture according to the Scriptures: toward an understanding of Seventh-Day Adventist hermeneutics. Silver Spring: Biblical Research Institute, 2003.

DAVIDSON, R. Interpretação bíblica. *In*: DEDEREN, R. (ed.). **Tratado de teologia Adventista do Sétimo Dia**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2011.

DIOP, G. Interpretação bíblica: lendo as Escrituras intertextualmente. *In*: REID, G. W. (ed.). **Compreendendo as Escrituras**: uma abordagem Adventista. Engenheiro Coelho: Unaspres, 2007.

DUNN, J. D. G. Levels of canonical authority. **Horizons in Biblical Theology**, n. 4, 1982.

DUNNETT, W. **The interpretation of Holy Scripture**. New York: Thomas Nelson, 1984.

ENNS, P. **Inspiration and incarnation**: evangelicals and the problem of the Old Testament. Grand Rapids: Baker, 2005.

FEE, G. D.; STUART, D. **Entendes o que lês?** São Paulo: Vida Nova, 1998.

FITZMYER, J. **A Bíblia na igreja**. São Paulo: Loyola, 1997.

FORD, D. **Daniel**. Nashville: Southern Publishing Association, 1978.

FORD, D. Daniel 8:14, the Day of Atonement, and the Investigative Judgment. Casselberry, FL: Euangelion Press, 1980.

FOULKES, F. **The acts of God**: a study of the basis of typology in the Old Testament. London: Tyndale, 1955.

GEISLER, N. L. **Thomas Aquinas**: an evangelical appraisal. Grand Rapids: Baker Books, 1991.



HAGNER, D. A. The Old Testament in The New Testament. *In*: SCHULTZ, S.; INCH, M. (eds). **Interpreting the word of God**. Chicago: Moody, 1976.

HOWARD, T. L. The author's intention as a crucial factor in interpreting Scripture: an introduction. **Baptist Reformation Review**, v. 10. 1981.

HOWARD, T. L. The use of Hosea 11:1 in Matthew 2:15: an alternative solution. **Bibliotheca Sacra**, v. 143, n. 572, 1986.

JOHNSON, E. E. Author's intention and biblical interpretation. *In*: RADMACHER, E.; PREUS, R (eds). **Hermeneutics, inerrancy and the Bible**. Grand Rapids: Zondervan, 1984. p. 421-428.

KAISER, W. **Toward an exegetical theology**. Grand Rapids: Baker, 1981.

KAISER, W. Evangelical hermeneutics: restatement, advance or retreat from the reformation? **Concordia Theological Quarterly**, n. 46, 1982.

KAISER, W. A response to 'author's intention and Biblical interpretation'. *In*: RADMACHER, E. D.; PREUS, R. D. (eds.). **Hermeneutics, inerrancy, and the Bible**. Grand Rapids: Zondervan, 1984.

KAISER, W. **The uses of the Old Testament in the New**. Chicago: Moody, 1985.

KAISER, W.; SILVA, M. **Introdução à hermenêutica Bíblica**. São Paulo: Cultura Cristã, 2002.

KLEIN, W. W.; BLOMBERG, C. L.; HUBBARD, R. L. (eds.). **Introduction to Biblical interpretation**. Dallas, TX; Word, 1993.

LARONDELLE, H. K. **O Israel de Deus na profecia**. Engenheiro Coelho: Imprensa Universitária Adventista, 2002.

LASOR, W. S. The *Sensus Plenior* and Biblical interpretation. *In*: GASQUE, W. W.; LASOR, W. S. (eds.). **Scripture, tradition, and interpretation**. Grand Rapids: Eerdmans, 1978.

LEÃO XIII. **Providentissimus Deus**, 18 nov. 1893. Disponível em:  
[https://www.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_18111893\\_providentissimus-deus.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/es/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18111893_providentissimus-deus.html). Acesso em 12 nov. 2014.

LOHSE, B. **Martin Luther's theology: its historical and systematic development**. Minneapolis: Fortress Press, 1999.

LONGENECKER, R. Can we reproduce the exegesis of the New Testament? **Tyndale Bulletin**, n. 21, 1970.

LONGENECKER, R. **Biblical exegesis in the apostolic period**. Grand Rapids: Eerdmans, 1975.



LONGENECKER, R. Who is the prophet talking about? Some reflections on the New Testament's use of the Old. **Themelios**, n. 13, 1987.

MATHISON, K. A. **The shape of Sola Scriptura**. Moscow, ID: Canon Press, 2001.

MOO, D. J. The problem of *sensus plenior*. In: CARSON, D. A.; WOODBRIDGE, J. D. (ed.). **Hermeneutics, Authority and Canon**. Grand Rapids: Baker House. 1995. p. 175-212.

NEUFELD, D. F. Biblical interpretation in the advent movement. In: HYDE, G. M. (ed.). **A symposium on biblical hermeneutics**. Washington: Review and Herald, 1974.

NICHOLS, A. **Discovering Aquinas**: an introduction to his life, work and influence. Grand Rapids: Eerdmans, 2002.

OSS, D. A. Canon as context: the function of *Sensus Plenior* in evangelical hermeneutics. **Grace Theological Journal**, v. 9, 1988.

OSSANDÓN WIDOW, J. C. Raymond E. Brown y el sentido literal de la Sagrada Escritura. **Annales Theologici**, v. 2, jul-dez. 2006.

OURO, R. The apotelesmatic principle: origin and application. **Journal of the Adventist Theological Society**, v. 9, n. 1-2, p. 326-342, 1998.

PAYNE, P. B. The fallacy of equating meaning with the human author's intention. **Journal of the Evangelical Theological Society**, v. 20, n. 3, set. 1977.

PREUS, J. S. **From shadow to promise**: Old Testament interpretation from Augustine to the young Luther. Cambridge: Harvard University Press, 1969.

SANTRAC, A. S. **Sola Scriptura**: Benedict XVI's theology of the word of God. Tese (doutorado). North-West University, 2012.

SHEPHERD, T. Interpretação dos tipos, parábolas e alegorias bíblicas. In: REID, G. W. (ed.). **Compreendendo as Escrituras**: uma abordagem adventista. Engenheiro Coelho: Unasp, 2007.

SMITH, D. Thomas Aquinas. In: CORY, C. A.; HOLLERICH, M. J. (eds.). **The Christian Theological Tradition**. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2009.

SPROUL, R. C. **Knowing Scripture**. Downers Grove, IL: Intervarsity Christian Fellowship, 1977.

THOMPSON, A. **Inspiration**: hard questions, honest answers. Hagerstown, MD: Review and Herald, 1991.

VAWTER, B. The fuller sense: some considerations. **Catholic Biblical Quarterly**, n. 26, 1964.



VIRKLER, H. A. **Hermenêutica avançada**: princípios e processos de interpretação bíblica. São Paulo: Editora Vida, 2001.

VIRKLER, H.; AYAYO, K. G. **Hermeneutics**: principles and processes of biblical interpretation. Grand Rapids: Baker Book House, 2007.

WALTKE, B. K. A Canonical process approach to the Psalms. *In*: FEINBERG, J. S.; FEINBERG, P. D. (eds.). **Tradition and testament**: essays in honor of Charles Lee Feinberg. Chicago: Moody, 1981.

WHITE, E. G. **Educação**. Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1977.

WHITE, E. G. **Mensagens Escolhidas**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2001. v. 1.

WHITE, E. G. **O grande conflito**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2004.

WOLFF, H. W. The hermeneutics of the Old Testament. *In*: WESTERMANN, C. (ed.). **Essays on Old Testament Hermeneutics**. Richmond: John Knox Press, 1963.

ZUCK, R. B. **A interpretação bíblica**: meios de descobrir a verdade na Bíblia. São Paulo: Vida Nova, 1994.